



ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

AGE – 26/06/2021

CPNJ: 05.077.787/0001-03

Data	Local	Início	Término
26/06/2021	VIRTUAL	9h	11:30 h

PAUTA

1) Aprovação da Ata da AGO de 10 de abril de 2021;

O Presidente deu boas vindas a todos e iniciou a pauta. Por ter sido distribuída antecipadamente, propôs a dispensa da leitura da Ata da AGO de 10/04/2021 e a colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade.

2) Reorganização Orçamentária e Plano de Ação para o 2º Semestre de 2021;

O Presidente esclareceu que infelizmente ainda não houve a publicação da Portaria que regulamenta a Lei 14.011/20, o que impossibilita o início dos serviços de regularização com a segurança jurídica necessária de que os investimentos serão compensados ao final do processo. Com isso, apresentou um plano de contenção de despesas de modo que os recursos sejam poupados ao máximo. Para isso se faz necessário uma ampla reformulação em todas as despesas em especial nos prestadores de serviço. A redução, considerando a média de Janeiro a Maio é de 68,19% na Conta Institucional e 65,73% na Conta de Regularização e o saldo em conta corrente no dia da Assembleia é de R\$ 36.180,36 e R\$ 347.437,77 respectivamente. Aproveitou para agradecer pela qualidade de serviço prestado à Eduardo Fayet, Ana Bárbara e Gabriela Barreto que deixam de prestar serviço remunerado à ABPRU e Stephanny Gonçalves que passará a ser terceirizada. Diversos Associados participaram do debate solicitando informações e sugerindo ações visando o início dos serviços. Foi debatido a regularização ser realizada pelo GDF, MAPA, INCRA ou IICA. Está evidente que enquanto não houver um alinhamento das Autoridades do Ministério da Economia será difícil avançarmos no projeto. Foi informado que os recursos estão aplicados em CDB. A proposta de contenção das despesas foi **aprovada por unanimidade**.

3) Fundo de Regularização Fundiária;

O Presidente da ABPRU colocou em discussão o Fundo de Regularização Fundiária da Fazenda Sálvia diante da nova realidade enfrentada. Houve debate onde os Associados Miguel Zuvanov, Alaíde Soares, Cláudio Barcelos, Arnaldo Sisson e José Maurício expuseram a dificuldade que é colocar em prática uma política pública. A Associada Fátima Amorim indagou qual seria o percentual de dedução se algum Associado optasse por sair do Fundo de Regularização, o Presidente explicou que seria necessário aprovar em Assembleia, mas que o Sr Eduardo Fayet, Controller da ABPRU havia feito um estudo prévio, passando à ele a palavra. Fayet fundamentou o cálculo realizado apontando que, em caso de devolução de recurso, o mesmo sofreria redução, em comparação ao depositado, entre 40% e 50% em razão dos investimentos realizados e das cláusulas contratuais.

Finalizado o debate o entendimento é que devemos continuar a trabalhar para que o projeto seja efetivado e que os recursos serão importantes no futuro próximo, sendo **aprovado por unanimidade a manutenção do Fundo de Regularização Fundiária da Fazenda Sálvia**.

4) Sistema de Fiscalização da Fazenda Sálvia;

O Presidente da ABPRU apresentou a propostas de fiscalização das Empresas Romma e Tass. Segundo o Presidente não é possível realizar o orçamento definitivo em razão da especificidade de onde serão instaladas

as torres de monitoramento, sendo que cada local é um valor principalmente pela questão da alimentação com energia ou bateria solar. Explicou também que os equipamentos podem ser alugados ou adquiridos. Apresentou como proposta que, o Fundo de Regularização, em razão do ACT prever a fiscalização da Fazenda Sálvia como obrigação da ABPRU, participasse com parte dos investimentos. Segundo sugeriu, as torres deveriam estar em rodovias e a localização seria definida segundo o apoio de pelo menos 5 Associados. O valor a ser suportado pela ABPRU não excederia 50% do custo de cada torre, sendo o restante do investimento suportado pelos interessados.

Houve debate onde alguns Associados se colocaram contrários a proposta em razão de termos aprovado um plano de contingência com redução significativa dos investimentos e do custeio da Entidade. Houveram, também, aqueles que defenderam a proposta em razão das ocupações irregulares e do nível de insegurança existente na zona rural.

O Presidente lembrou que a AGE de 05/12/2020 havia aprovado investimento de R\$ 50.000 para implantação do Sistema mediante deliberação da Diretoria e do Comitê de Fiscalização e Segurança, mas que preferiu trazer o assunto novamente para apreciação da Assembleia.

O Presidente propôs que o assunto seja aprofundado e que seja apreciado em Assembleia futura. **Aprovado**

5) Assuntos Gerais;

O Associado Cláudio Barcelos apresentou a necessidade de contratarmos um escritório de advocacia para representar os Associados interessados em demandas judiciais, inclusive nas 4 ações coletivas que tramitam na Justiça Federal. Apresentaram propostas os Escritórios Adriano Branquinho (R\$ 1.500 por Associado interessado), Dr Miguel Dunshee (R\$ 1.000 mensais) e CeF Advocacia (R\$ 600 mensais). Diante das propostas **foi aprovado a contratação do Dr Adriano Branquinho**, mediante contrato “guarda-chuva” com a ABPRU onde os interessados aderem às condições contratadas. A ABPRU promoverá uma reunião com o Dr Branquinho para atualização das ações judiciais e a viabilidade de novas proposições.

Estiveram presente de forma virtual:

ALAÍDE SOARES, ALEXANDRE AMORIM, ANALBERTO SANTOS, ANA MARIA AMARAL, ANDRÉ LUIS TEIXEIRA, MIGUEL ZUVANOV, FLÁVIO REINEHR, ARNALDO SISSON, CLÁUDIO BARCELOS, DOMINGOS MONTEIRO, DORA, FÁTIMA AMORIM, HELENA, JOSÉ MAURÍCIO, LUCIANA MENDONÇA, MARCELO MARTINS, GUILHERME CUNHA COSTA, STEPHANNY GONÇALVES, NATHALIA LUNA, SAULO MOREIRA, EDUARDO FAYET, BENÍCIO MELO.

Guilherme Cunha Costa
Presidente

Miguel Zuvanov
Diretor Administrativo/Financeiro